

ANEXO 19

RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA

**CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO
DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO
DENOMINADO LOTE RODOANEL NORTE**

Dos Eventos e Aferição de Desequilíbrios Sujeitos à Recomposição Automática**1.1 Configura EVENTO DE DESEQUILÍBRIO sujeito à RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA:**

- (i) o atraso na implementação das condições da RESTRIÇÃO, nos limites dos riscos assumidos pelo PODER CONCEDENTE;
- (ii) a alteração ou revogação nas condições de RESTRIÇÃO, nos limites dos riscos assumidos pelo PODER CONCEDENTE;
- (iii) desequilíbrios aferidos e constantes do RELATÓRIO DE VISTORIA aprovado pela ARTESP, ou, nos casos controversos, determinados por solução amigável ou sentença arbitral, nos termos do ANEXO 18;
- (iv) o atraso, por fato não imputável à CONCESSIONÁRIA, na entrega da complementação das obras de entroncamento entre a SP-021 (Rodoanel Norte e Leste) e BR-116 (Rodovia Presidente Dutra);

1.2 Na hipótese descrita no item 1.1 (iv), somente configura EVENTO DE DESEQUILÍBRIO o atraso que postergue a entrada de operação das PRAÇAS DE PEDÁGIO respectiva ao trecho.

1.3 Caso ocorra a hipótese prevista no item 1.1 (iv), entende-se que a ocorrência das hipóteses (i) e (ii) terão efeito nulo para fins de aferição do desequilíbrio.

1.4 O cálculo do desequilíbrio devido em decorrência da materialização do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO indicado no item 1.1 (i) e (iv) será realizado de acordo com a seguinte fórmula:

[•]

1.5 O valor do desequilíbrio do CONTRATO que a CONCESSIONÁRIA fará jus na hipótese do item 1.1 (ii) será calculado conforme a seguinte fórmula:

[•]

1.6 O cálculo do item 1.5 valerá para os 6 (seis) primeiros meses subsequentes à materialização do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO. A partir do 7º (sétimo) mês de vigência, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO não correrá no âmbito das hipóteses de RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA e passará a ser contemplada no âmbito das REVISÕES ORDINÁRIAS e REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS e demais previsões relacionadas ao cálculo dos desequilíbrios envolvidos nos reequilíbrios econômico-financeiros do CONTRATO.

1.7 Em qualquer hipótese, a CONCESSIONÁRIA fará jus a reequilíbrio, cuja aferição do desequilíbrio observará a diferença entre a estimativa do volume de tráfego caso a hipótese no item 1.1 (ii) não ocorresse (VOLUME ESTIMADO) e o volume de tráfego efetivamente observado no SISTEMA RODOVIÁRIO, sem prejuízo das demais disposições relacionadas às

REVISÕES ORDINÁRIAS e REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS.

1.8 Para fins do cálculo do VOLUME ESTIMADO, a seguinte fórmula deverá ser observada:

[•]

1.9 O desequilíbrio contratual decorrente da materialização de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO sujeitos à RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA será apurado mensalmente, exceto (a) pela hipótese descrita no item 1.1. (iii) que é regulado de acordo com o disposto no ANEXO 18.

1.10 A CONCESSIONÁRIA deverá enviar, até o 5º dia útil de cada mês, relatório contendo a apuração do desequilíbrio contratual decorrente de eventos sujeitos à RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA e os demonstrativos pertinentes para a ARTESP (RELATÓRIO DE RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA MENSAL ou RRAM).

1.11 A CONCESSIONÁRIA deverá enviar, até o 5º dia útil do fim de cada ano de CONTRATO, junto ao relatório mensal de que trata o item 1.10, relatório consolidando os resultados de todos os RRAMs do ano contratual anterior (RELATÓRIO DE RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA ANUAL ou RRAA).

1.12 Mediante o recebimento do relatório referido o item 1.11 acima, a ARTESP deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias para que eventuais discordâncias e/ou dúvidas sejam discutidas, mediante a solicitação de qualquer PARTE, apurar as informações prestadas e aprovar o montante final que será considerado para fins do RRAA.

1.13 A ARTESP deverá, em até 60 (sessenta) dias do recebimento do relatório referido no item 1.11 acima, enviar a NOTIFICAÇÃO ANUAL ao BANCO DEPOSITÁRIO contemplando o valor incontroverso referente ao desequilíbrio decorrente de RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA.

1.14 A CONCESSIONÁRIA poderá questionar o valor da RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA após o envio da referida notificação pela ARTESP no âmbito do mecanismo de solução de conflitos disposto no CONTRATO.

1.15 Caso seja constatada a necessidade de revisão do valor decorrente do RRAA que foi contemplado na NOTIFICAÇÃO ANUAL, este deverá ser incluído no RRAA subsequente.

1.16 Caso a ARTESP não envie a NOTIFICAÇÃO ANUAL no prazo descrito no item 1.12 acima, a CONCESSIONÁRIA poderá recorrer aos mecanismos de resolução de conflitos previstos no CONTRATO, incluindo arbitragem.

Da Recomposição Automática

2.1 Uma vez materializados os EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO previstos no item **Erro! Fonte de referência não encontrada..1**, o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO será automaticamente recomposto após realizados os procedimentos previstos nas cláusulas a

seguir, sem prejuízo da assinatura de Termo Aditivo Modificativo com finalidade limitada à devida formalização da quitação.

2.2 Os EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO ensejadores da RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA em favor da CONCESSIONÁRIA serão reequilibrados mediante as seguintes modalidades de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- i. Transferência de valores disponíveis nas CONTAS RESERVA por meio da NOTIFICAÇÃO ANUAL e/ou da NOTIFICAÇÃO DE REEQUILÍBRIO INCONTROVERSO;
- ii. Redução da alíquota vigente de OUTORGA VARIÁVEL, conforme aplicável;
- iii. Demais modalidades e termos previstos no CONTRATO.

2.3 Os EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO ensejadores da RECOMPOSIÇÃO AUTOMÁTICA em favor do PODER CONCEDENTE serão reequilibrados nos termos do CONTRATO, no âmbito das REVISÕES ORDINÁRIAS.

2.4 As PARTES poderão, em comum acordo, decidir por adotar procedimentos distintos daqueles descritos no item 2.2, para a recomposição do equilíbrio do CONTRATO.